

Marionetas invadem Lisboa de 31 de Maio a 10 de Junho

May 29, 2007



A 7ª edição do Festival Internacional de Marionetas e Formas Animadas, que decorre de 31 de Maio a 10 de Junho, em Lisboa, vai receber 16 companhias de teatro e marionetistas de oito países. O objectivo do festival é promover e divulgar o Teatro de

Marionetas e colocar Lisboa na rota dos festivais internacionais de teatro.

"The Great War", da companhia holandesa Hotel Modern, será o primeiro espectáculo a abrir o festival. Portugal marca presença com a peça "Cabaret Molotov", do Teatro de Marionetas do Porto (na foto). O último dia está a cargo da companhia dinamarquesa Sofie Krog Teater que vai apresentar "Diva", um espectáculo de teatro animado onde as marionetas movem os olhos, adianta a agência Lusa.

O programa do festival inclui também workshops destinados a profissionais, exposições, conferências e uma componente de troca de experiências entre criadores.

Os espectáculos vão decorrer em vários espaços de Lisboa, como na zona do Chiado e Bairro Alto, ao ar livre, mas a maioria dos espectáculos será no Teatro Maria Matos e no Museu da Marioneta. Portugal, Brasil, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Reino Unido e Rússia são os países representados.

[Eduarda Sousa]

Posted in [Cultura](#), [Nacional](#) | [Leave a Comment](#) »

Vocalista de Moonspell lança novo livro

May 29, 2007



Fernando Ribeiro, líder dos Moonspell, acaba de editar o terceiro livro de poesia - "Diálogo de Vultos". A primeira sessão de autógrafos tem lugar na Feira do Livro de Lisboa e Porto, nos dias 2 e 3 de Junho, respectivamente.

"Como Escavar um Abismo" (2001) e "As Feridas Essenciais" (2004) já têm sucessor: "Diálogo de Vultos", editado pela Quasi Edições. O livro já está à venda e a apresentação oficial está prevista para meados de Julho, segundo adianta a edição on-line da Blitz.

Fernando Ribeiro encontra-se também a preparar o primeiro livro de ficção, intitulado "O Bairro das Pessoas". Os Moonspell estão, neste momento, a

Calendário

October 2010

M T W T F S S

					1	2	3
4	5	6	7	8	9	10	
11	12	13	14	15	16	17	
18	19	20	21	22	23	24	
25	26	27	28	29	30	31	

« May

Páginas

- » [Autoras](#)
- » [Ligações](#)
- » [Princípios Editoriais](#)

a

Select Category

Comentários



Gisele numer on
Violência Infantil está a
...

to neto on Presença
vai publicar a colecç...

PORTUGAL IMPERIO?
JA... on Porto abre as
portas ao primei...



vivi on Violência Infantil
está a...

w4sfr on Violência
Infantil está a...

Arquivos

- » May 2007 (14)
- » April 2007 (17)
- » March 2007 (23)
- » February 2007 (11)

↳ Governo não apoia pessoas com deficiência visual

May 29, 2007

Entrevista ao director Leonardo Silva da Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO)



O director da ACAPO Leonardo Silva lamenta a falta da aposta forte do Governo português na questão da integração dos deficientes visuais, sobretudo através da empregabilidade.

“O governo, em vez de se preocupar em dar pequenos subsídios e pequenas obtenções, devia apostar em projectos, em programas de formação real e ter uma política de empregabilidade”, declara.

Para o director, só uma aposta forte em políticas de empregabilidade por parte da entidade governamental pode criar uma população invisual mais activa. Somente através do emprego as pessoas com deficiência visual podem sair de um estado de dependência.

Nas empresas portuguesas ainda existe “preconceito que advêm sobretudo do desconhecimento”. “Quando uma entidade patronal dá uma oportunidade de emprego a uma pessoa com qualquer deficiência, regra geral, abre a porta a outros”, explica Leonardo Silva.

A “luta pela injustiça” pelo acesso desigual ao emprego é uma constante para a associação. Porque através do emprego é que a integração se torna possível “a ACAPO intervém na sociedade para combater o preconceito que ainda existe muitas entidades empregadoras, sejam elas públicas ou privadas”, afirma o presidente.

“Se foram preparados para desempenhar uma profissão para a qual o seu perfil se adequa, pode desempenhar calmamente e ser útil à sociedade”, conclui

“Existe ainda muito preconceito da sociedade em geral”

“O preconceito percorre todas as camadas sócias”, desde os níveis mais altos aos mais baixos. “Infelizmente, ainda existe pessoas que vem na pessoa com deficiências uma espécie de monstrozinho, de extraterrestre”, lamenta.

Leonardo Silva chama-lhe “barreira mental”, assim “a sociedade ainda não esta preparada a olhar para a pessoa com deficiência enquanto pessoa”. A entrada no discurso do “coitadinho”, dificulta a valorização das suas capacidades.

A melhor forma de combater o preconceito, e o desconhecimento é “tornar a sociedade cada vez mais inclusiva”. Esta integração começa com a escola e continua no local de trabalho. O convívio é a única forma de lutar com a discriminação para “conseguir olhar para a pessoa e não para a deficiência”, explica.

O caso da Escola Secundária Carlos Amarante

Visitantes

» 55,496 hits

Agregador

ATOM

Uma escola inclusiva deve permitir a entrada de todos, como também preparar-se e adaptar-se aos condicionalismos de todos. Leonardo Silva, que é também docente da Escola Secundária de Carlos Amarante de Braga, afirma que ela possui grandes avanços nesse sentido.

Assim, a Escola Secundária integra cinco alunos com deficiência visual, dez com deficiência auditiva e sete com deficiência-motora. Estes alunos são acompanhados por professores especializados nesta questão. Leccionam três professores especializados uma cada “área de deficiência”.

“Os alunos com deficiências estão bem integrados, tem os apoios previstos na legislação e fazem o seu percurso como os seus colegas”, explica o docente.

Dificuldade de deslocação em Braga

Tal como as outras cidades do país, a cidade de Braga não facilita a deslocação de pessoas com deficiência visual.

“O grande problema que se põe são os carros em cima dos passeios e, frequentemente, as obras que não são assinaladas ou são mal assinalada”, explica o presidente da ACAPO.

A maioria das obras são sinalizadas com o uso de uma fita, o que não impede o perigo para os invisuais, “a fita é muita levezinha e estando a meia altura, a bengala passam por baixo da fita”. Assim, para ser mais seguro torna-se necessário “um tratamento sólido e robusto”.

Outra questão prende-se com a “ quantidade restrita de semáforos sonoros na cidade de Braga e no restante país”. Se o invisual escolher um transporte público prende-se com o mesmo problema, a falta de sinais sonoros.

Leonardo Silva acredita que se tem verificado uma melhoria, muito devido às campanhas de sensibilização para esta problemática.

ACAPO promove integração

A associação presta apoio directo aos invisuais, dando aulas de Braille e o ensino de técnicas de orientação e mobilidade. A mobilidade passa pela apreensão da forma como usar a bengala na rua, bem como a aprendizagem das novas técnicas de informação e de comunicação.

A ACAPO promove ainda atendimento pisco-terapêutico, voleibol, grupo de teatro bem como a pratica dança de salão e a realização visitas de estudo e colónias de férias.

A ACAPO é uma associação distrital de Braga que dirige a sua acção à população com deficiência visual com grau de incapacidade igual ou superior a 60 por cento.

[Sylvie Oliveira]

Posted in [Nacional](#), [Sociedade](#) | [Leave a Comment »](#)

✚ “O imigrante não tem de dissolver a sua cultura, tem de se adaptar à cultura vigente”

May 29, 2007

Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII) de Braga ajuda na integração de imigrantes



A técnica do CLAII, Sónia Rodrigues acredita que existe sempre uma

abdição por parte dos imigrantes, mas não implica a radiação da sua cultura.

São vários os entraves para a integraão dos imigrantes, o primeiro deles é naturalmente a língua. Os imigrantes confrontam-se com uma cultura com diferentes práticas sociais e religiosas. Longe das suas tradiões e da sua família existe a necessidade de procurar os seus semelhantes constituindo novos grupos.

Por vezes esta prática pode contribuir para algum isolamento o que de certa forma pode aumentar a “desconfiança” e potenciar o preconceito da comunidade de acolhimento em relação a alguns grupos. Na verdade, “todas as minorias são alvo de discriminação (positiva ou negativa), tudo o que é diferente suscita dúvidas e até alguns medos, mas pela falta de conhecimento dessas mesmas minorias”, confessa a socióloga.

Segundo o relatório da Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) de 2006, a população de outras nacionalidades constitui 9 por cento por cento da população activa, constituindo 4,2 por cento da população residente. Dividem-se em vários sectores de actividades, a maioria na Construção Civil com 15 por cento, e na Hotelaria e nos Serviços e Empresas com 11 e 10 por cento respectivamente.

Para as pessoas que vêm para Portugal com licenciatura, a dificuldade reside em fazer reconhecer o seu diploma por uma universidade e pela ordem correspondente à sua formação. Quando a sua validação não é possível, resta-lhes dedicar-se a outro trabalho. “A adaptação a outro tipo de trabalhos é por vezes muito difícil, pois os trabalhos mais perigosos e mal pagos são realizados por imigrantes, nomeadamente por aqueles que se encontram em situação irregular”, explica Sónia Rodrigues.

“A integraão não se faz através de um decreto. É preciso a interacão entre as pessoas, que partilham o que são e recebem o que o outro é”, conclui.

CLAI tem subida de atendimentos

Inaugurado em 2003, o CLAI já efectuou cerca de 3000 atendimentos. O número de atendimentos aumenta ano após ano. Em 2005, dirigiram-se ao centro de apoio 661 imigrantes, enquanto que em 2006 o número subiu para 733. Em 41 por cento dos casos os cidadãos estrangeiros encontravam-se em situação irregular.

Das pessoas que procuraram o CLAI, entre Abril de 2003 e Fevereiro de 2007, 49,84% pertencem ao género masculino e 45,33% são mulheres o que reflecte que a imigração feminina tem vindo a aumentar. A maioria destes atendimentos prende-se maioritariamente com questões legais.

Em Junho de 2006, o CLAI (Centro local de Apoio ao Imigrante) foi o primeiro CLAI a tornar-se CLAI (Centro Local de Apoio à Integraão de Imigrantes) destacando-se a componente da integraão.

Os objectivos do centro prendem-se com informação e aconselhamento ao imigrante, para que de uma forma consciente e informada possa tomar as suas decisões bem como facilitar o seu acesso aos diferentes recursos da comunidade. O trabalho realizado visa também a participação do imigrante no seu processo de integraão e ainda promover a interculturalidade.

O CLAI resulta de uma parceria entre a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa e o Acime (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas). Trata-se de um serviço gratuito e confidencial.

Número de imigrantes em Portugal desconhecido

Não existem dados estatísticos acerca do número de imigrantes irregulares em Portugal, pois a clandestinidade não é quantificável.

Dos utentes que procuraram o CLAI, a nacionalidade mais representativa é a brasileira. Existem vários factores que podem explicar este facto, a língua comum, uma ligação entre os dois países, bem como um acordo existente que permite aos cidadãos viajar para cada país sem a obrigatoriedade de um visto de turista. Das nacionalidades que assumem expressão significativa segue-se a Ucrânia, Roménia, Angola e Rússia.

A população imigrante está situada predominantemente na idade activa entre os 25 e os 45 anos. Os menores ou as pessoas que possuem mais de 60 anos vêm normalmente sobre o reagrupamento familiar.

Para Sónia Rodrigues, a “ imigração é um fenómeno irreversível e à escala global”. Assim ela possui várias vantagens para além da interculturalidade e crescimento económico, possibilita o rejuvenescimento da população portuguesa. “Os imigrantes travam o envelhecimento da Velha Europa”, realça.

O problema reside na imigração clandestina que favorece uma economia de subterfúgio e a ilegalidade, chegando a levar à exploração de indivíduos, nomeadamente daqueles que se encontram em situação irregular.

“Uma das medidas que pode combater a imigração ilegal é a adopção de medidas comuns entre os países”, explica Sónia Rodrigues. Para terem sucesso, é necessário “promover o desenvolvimento dos países de origem, punir aqueles que exploram os trabalhadores imigrantes e desenvolver estratégias de maior informação nos países de origem” no que concerne a informação relativa aos processos migratórios.

Assim o futuro das políticas de imigração poderá passar por medidas europeias comuns, bem como o desenvolvimento do país de origem.

Imagem: <http://populo.weblog.com.pt/arquivo/mundoemigrante.jpg>

[Sylvie Oliveira]

Posted in [Nacional](#), [Sociedade](#) | [1 Comment](#) »

✚ Escolas não oferecem condições necessárias para os alunos deficientes

May 29, 2007

Entrevista à directora da Associação Portuguesa de Deficientes, Rosa Guimarães



Em Portugal, a maioria das escolas não dispõem de infra-estruturas adequadas e de professores especializados para possibilitar o sucesso académico e o bem-estar dos alunos deficientes. Em entrevista ao 25ª hora, a directora da Associação Portuguesa de Deficientes (APD) Rosa Guimarães afirma que “as escolas devem adaptar-se às necessidades dos estudantes deficientes e não o contrário”.

A educação inclusiva vem dar resposta à possível exclusão de alunos com deficiências. O projecto tende facilitar a interacção entre alunos deficientes e ‘ditos normais’, incentivando a sua “mistura”. Segundo Rosa Guimarães, tal iniciativa será difícil de concretizar devido à “escassez de professores especializados no apoio às crianças deficientes”.

As escolas deviam disponibilizar “equipas multidisciplinares”, permitindo um apoio contínuo aos alunos com deficiências. O apoio dado pelos técnicos especializados e a convivência com os restantes alunos permite eliminar uma possível discriminação.

É necessário apostar no convívio entre “todas” as crianças” desde a infância. “Encontra-mos poucas crianças deficientes nos infantários. Quando aparecem, é como se tivessem vindo de outro planeta”, afirma Adelino Novais, estudante de Psicologia da Universidade do Minho e invisual.

Os trabalhadores com deficiências podem solicitar o financiamento do Governo português na aquisição das ajudas técnicas, o que não acontece com os estudantes. “As tecnologias são muito caras para nós. Estamos num beco sem saída”, exclama o estudante Adelino Novais.

A presidente da APD garante que a acessibilidade às ajudas técnicas é muito

difícil nos restantes países da União Europeia, afirmando que “ainda estão numa fase muito embrionária”.

“Cheio de pessoas de cadeiras de rodas, andamos aqui nós”

Olívia Soares, deficiente-motora, considera-se uma “sortuda” por ter trabalhado 20 anos na mesma empresa. “Cheio de pessoas de cadeiras de rodas, andamos aqui nós” foi a resposta dada pelo director de gestão de um hospital quando Olívia procurou emprego pela primeira vez.

As pessoas com deficiências são, frequentemente, discriminadas na sua admissão ao mercado do trabalho. Rosa Guimarães declara que “havendo condições, as pessoas deficientes produzem tanto como qualquer outro trabalhador”.

De acordo com a Organização Mundial de Trabalho (OMT), menos de 20 por cento dos cidadãos portugueses com deficiência trabalham. Em Portugal, existe uma legislação que obriga a empregabilidade de cinco por cento de pessoas deficientes na função pública, mas “não é cumprida”, alerta Rosa Guimarães.

foto: [Anabela Santos /25ª Hora]

[Catarina Dias]

Posted in [Nacional](#), [Sociedade](#) | [Leave a Comment »](#)

Antologia Poética de Maria Valupi apresentada no Porto e Lisboa

May 27, 2007



Os poetas Ana Marques Gastão e António Osório vão apresentar a «Antologia Poética» da poetisa portuguesa Maria Valupi, editada pela Quasi Edições, a 28 de Maio e 4 de Julho, em Lisboa e Porto respectivamente.

Ana Marques Gastão é a responsável pela organização e prefácio da «Antologia Poética» de Maria Valupi. Em Lisboa a apresentação terá lugar a 28 de Maio, na Casa Fernando Pessoa, às 18h30. No Porto será a Fundação Eugénio de Andrade a acolher o evento, no dia 4 de Julho, à mesma hora.

«Maria Valupi escreve o amor, o lamento, a religiosidade, a fruição dos elementos naturais, não alheados da consciência humana, na incerteza do estabelecimento de uma fronteira entre a beleza e a dor», refere a Quasi em comunicado.

A poeta, ignorada por editores e críticos da sua época, morreu em 1977, aos 72 anos.

[Eduarda Sousa]

Posted in [Cultura](#) | [Leave a Comment »](#)

Enterro da Gata na Universidade do Minho Alunos preferem barracas dos seus cursos

May 21, 2007



A escolha da barraca pelos alunos que frequentam o enterro da gata prende-se com a dos seus cursos.

O aluno do Curso de Licenciatura em Engenharia Informática, Joaquim Araújo, prefere frequentar a sua barraca de curso, pois: “É a melhor, gosto do som, do ambiente”.

A razão invocada pela maioria dos estudantes, questionados pelo ComUM, por frequentar a sua barraca é por ser a da sua licenciatura, e por estarem presentes os seus amigos.

Como explica o aluno do primeiro ano de Tecnologia e Sistemas de Informação, Manuel Rocha, “a barraca a que eu mais vou é à minha, é a que mais gosto, talvez por ser a barraca do meu curso”.

Existe, todavia, outros alunos que não hesitam em frequentar barracas diferentes, como é o caso da finalista de Economia, Daniela Santos que prefere a de Enfermagem. “ Gosto da de Enfermagem porque os shots são muito melhores e tem uma boa organização”, explica.

Não estudantes preferem Face e Azeituna

Dos alunos não estudantes questionados as preferências dirigem-se para as barracas do Face e da Azeituna. Os estudantes do ensino secundário Ana Isabel e Eurico Cunha elegem a discoteca Face como detentora da melhor barraca. Da mesma opinião está o trabalhador Hugo Miguel Alves, que prefere a barraca do estabelecimento nocturno “porque a música lá que passa é muito boa”.

Para o licenciado em Sociologia pela Universidade do Minho, João Neves, a melhor barraca é da Azeituna. As pessoas que a frequentam e a música criam condições para um bom ambiente, revelou.

[**Sylvie Oliveira**]

Posted in [Universidade do Minho](#) | [1 Comment](#) »

A venda de bebidas supera as expectativas

May 18, 2007

Enterro da gata encerra com Xutos e Pontapés



A maioria das barracas ultrapassou, ontem, as expectativas relativamente à venda de bebidas. Segundo o estudante de engenharia civil e responsável pela barraca 20-30, Pedro Martins, a noite foi “mais lucrativa do que os restantes dias”, explicando que as “ pessoas vêm afogar as mágoas por ser o último dia”.

O concerto dos Xutos e Pontapés foi positivo para a venda de bebidas alcoólicas, pois foi uma noite em que se “vendeu mais do que o previsto”, revela o responsável pela barraca de Tecnologias e Sistemas de Informação (TSI), Diogo Gonçalves Soares. Em declarações ao ComUM, a estudante de Medicina afirma ter reabastecido a “tenda duas vezes durante a noite”, o que considera ser “bastante elevado”.

A barraca de enfermagem não excedeu a quantidade de álcool desejada, considerando que não se “vendeu muito durante o enterro da gata”. De

acordo com o membro da organização Carla Lobo, a última noite foi “mais lucrativa” quando comparada aos restantes dias, apesar de não ter alcançado o objectivo de venda pretendido.

“Não há muito controle relativamente à venda de álcool para menores”

Controlar a venda de bebidas alcoólicas a jovens com uma idade inferior a 16 anos torna-se uma tarefa difícil para os membros das barracas de curso. “Nenhuma identificação é pedida aos jovens”, esclarece o responsável pela barraca de Engenharia Mecânica, Nuno Alves.

Os alunos presentes nas barracas tentam identificar os menores pela aparência física. “O controle deveria ser efectuado à entrada, onde os menores fossem devidamente identificados”, confessa a responsável pela barraca de Medicina.

“É muito caro comprar as bebidas à Associação Académica da Universidade do Minho”

As bebidas vendidas pelas barracas de curso devem ser compradas à Associação Académica da Universidade do Minho (AAUM), diminuindo o lucro realizado por cada curso.

“Ao longo dos anos, o enterro da gata vai ficar a perder em termos de barracas de curso devido ao preço elevado das bebidas. As barracas profissionais estão a aumentar progressivamente”, alerta a responsável pela barraca de Economia, Alicia Branco.

Artigo publicado no ComUM: <http://www.comumonline.net/noticia.asp?id=2123>

[foto: <http://student.dei.uc.pt>]

[**Catarina Dias**]

Posted in Sociedade, Universidade do Minho | [Leave a Comment »](#)

✚ Moradores do Campus de Gualtar solicitam informações do reitor da Universidade do Minho

May 14, 2007

UM quer despejar os moradores



A reitoria da Universidade do Minho ainda não informou os moradores do “potencial despejo” das casas juntas à cantina, no Bairro do Sol. Em entrevista ao ComUM, o morador, Domingos Moreira da Silva, afirma que a academia minhota tem a obrigação de

informar os inquilinos e os proprietários sobre os eventuais projectos.

Os moradores não dispõem de qualquer tipo de informação sobre o eventual despejo, o que os coloca numa situação de “incerteza constante”. Nenhum prazo foi estipulado por parte da academia minhota. “Nós vamos sair, mas a universidade ainda não avisou ninguém”, reforça Domingos Moreira da Silva.

“Nunca fui pressionado, mas espero que esta instituição reconheça o tempo e a vida que vamos deixar cá”, confessa.

Os moradores acreditam que a universidade tem a obrigação de esclarecer as pessoas envolvidas para permitir uma organização e mentalização prévia. Uma carta da reitoria para abandonar o local não é suficiente, pois é necessário conversar para chegar a um acordo, afirma uma moradora. Domingos Moreira da Silva confessa que alguns vizinhos foram alertados através de uma carta.

Moradores consideram que as propostas da UM são fracas

Nenhuma proposta de compra foi estabelecida pela Universidade do Minho. Os proprietários das últimas casas destruídas receberam “propostas irrisórias”, explica o morador Domingos Moreira Silva. Para um terreno de 200 metros quadrados, a primeira oferta foi de 9000 euros, o que é “incompreensível visto que um terreno no Campus de Gualtar adquire um grande valor”, reforça Augustina Gomes.

“Quando for a minha vez, não vou aceitar uma proposta qualquer”, afirma Teresa Jesus Vieira Rodrigues da Silva.

Um vizinho antigo recebeu uma proposta de cerca de 19 000 euros por cerca de 200 metros quadrados, enquanto que outro foi indemnizado com 45 000 euros. Uma oferta de cerca de 20 000 euros por um terreno no Campus de Gualtar “não é dinheiro, é uma roubalheira que a universidade está a fazer aos moradores”, contesta Moreira Silva.

“O valor da casa e do terreno são dois valores distintos e a universidade só quer pagar um deles”, avança Moreira Silva.

Moradores mostram-se insatisfeitos

Os moradores consideram que a atitude da academia minhota é “injusta”. Teresa da Silva mostrou-se preocupada com a sua eventual ‘saída de casa’, considerando que “não tendo dinheiro para comprar uma casa”, terá que alugar um apartamento.

O despejo dos moradores é para o “bem comum e o desenvolvimento da sociedade”, mas também é evidente que “qualquer oferta é muito fraca”, confessa Augustina Gomes.

“Eles fizeram pouco dos vizinhos despojados porque, para além, de oferecer um montante miserável pela propriedade, a construção de novos complexos faziam abanar as casas e produziam uma quantidade excessiva de pó”, sustenta uma moradora que não quis identificar-se.

Em declarações ao ComUM, Maria da Conceição Moreira afirma que a academia minhota deveria comprar um espaço para juntar os moradores. “A estratégia deles é enviar poucas pessoas para que o impacto seja mais fraco. Nós vamos resistir e lutar por aquilo que é nosso”, acrescenta.

Artigo publicado no ComUM: <http://www.comumonline.net/noticia.asp?id=2087>

[foto: Catarina Dias/ ComUM]

[Catarina Dias]

Posted in [Sociedade](#), [Universidade do Minho](#) | [Leave a Comment](#) »

🇮🇹 Hungria não condena responsáveis por violação conjugal

May 10, 2007

hungria.jpg

A Hungria não submete a julgamento a maioria dos responsáveis por crimes sexuais contra mulheres no âmbito familiar. A inação do governo, as deficiências no sistema de justiça penal e os preconceitos sociais são os principais obstáculos à obtenção de justiça pelas vítimas.

De acordo com o [relatório](#) da Amnistia Internacional (AI) ‘Hungary: Cries unheard: The failure to protect women from rape and sexual violence in the home’, a violação conjugal é uma das muitas formas de violência exercida contra as mulheres “repetidas vezes” e o seu reconhecimento como crime público no Código Penal húngaro, em 1997, não foi suficiente para garantir a protecção das vítimas.

A maioria dos casos de violação não dá entrada nos tribunais ou não resulta em sentenças condenatórias porque as vítimas não apresentam queixa ou os agressores não são encontrados pelas autoridades policiais. O processo de

denúncia é “humilhante” e pode dissuadir as vítimas de empreenderem acções judiciais.

As investigações policiais apresentam inúmeras deficiências porque os agentes não dispõem dos instrumentos técnicos necessários, não entrevistam as vítimas nem os supostos culpados e não reúnem provas forenses adequadas.

“A desvalorização por parte da comunidade e a falta de confiança nos membros do sistema de justiça penal e nos serviços de saúde não devem impedir as vítimas de obterem justiça”, enfatiza o documento da AI.

A reduzida aposta do Governo húngaro na informação estatística que pode servir de suporte à actuação policial e à reforma legislativa na área dos crimes sexuais, bem como a escassez de centros hospitalares e especialistas na prestação de apoio e tratamento de mulheres vítimas de violação negam a “justiça às mulheres”.

“O Governo deve tomar a iniciativa para levantar a cortina de silêncio e negação que oculta esta violação de direitos humanos com tão devastadores efeitos na vida das mulheres”, destaca a directora do programa para Europa e Ásia Central de AI, Nicola Duckworth.

Algumas vítimas de crimes sexuais hesitam ou recusam-se a apresentar queixa junto da polícia porque são coagidas pelos agressores. “As mulheres receiam denunciar a violação por medo que o violador, o seu esposo ou antigo companheiro, volte a agredi-las”, mostra o relatório.

O confronto da vítima com o seu agressor obriga a mulher a enfrentar “as atitudes da sociedade, que considera admissível que um homem coaja a sua esposa a manter relações sexuais e que pensa que é a mulher que provoca a violação”.

A AI apela a mudanças legislativas que facilitem o acesso das vítimas à justiça, a formação e capacitação de técnicos para prestarem auxílio às mulheres vítimas de crimes sexuais e a optimização de serviços de saúde. A maior aposta no campo da investigação e numa educação pública direccionada para o combate aos preconceitos sociais são ainda propostas que a Hungria deve valorizar.

Segundo uma sondagem de opinião realizada em 2006, cerca de 62 por cento dos cidadãos húngaros não sabia que a violação conjugal era crime e 32 por cento culpava as mulheres pelo acto da violação.

[Anabela Santos]

Posted in [Internacional](#), [Sociedade](#) | [1 Comment](#) »

[Older Entries](#) »

[Blog at WordPress.com.](#)
Theme: Neat. [Entries \(RSS\)](#) and [Comments \(RSS\)](#).